

NEWSLETTER MAIO 2016



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-a-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EM DESTAQUE

A Diretiva 2016/881 do Conselho de 25 de maio de 2016 altera a Diretiva 2011/16/EU no que respeita à troca automática de informações obrigatórias no domínio da fiscalidade.

É alterada a definição de troca automática, inserido um novo artigo sobre o âmbito de aplicação e condições de troca automática de informações obrigatória sobre a declaração por país e sanções.

Os estados membros aplicam as disposições necessárias ao cumprimento da presente diretiva a partir de 5 de junho de 2017.

LEGISLAÇÃO FISCAL

LGT – DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

A Portaria nº 137/ 2016 aprova o novo modelo de impresso de declaração e respetivas instruções, designado por Declaração de Operações Transfronteiras (Modelo 38), para cumprimento da obrigação referida nos nºs 2 e 6 do artigo 63º-A da Lei Geral Tributária (LGT).

[Portaria n.º 137/2016 - Diário da República n.º 93/2016, Série I de 2016-05-13](#)

ORÇAMENTO DO ESTADO 2016 - RETIFICAÇÃO

A Declaração de retificação nº 10/2016 retifica a [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março relativa ao Orçamento do Estado para 2016.

[Declaração de Retificação n.º 10/2016 - Diário da República n.º 101/2016, Série I de 2016-05-25](#)

TAXA UNITÁRIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS PETROLIFEROS E ENERGÉTICOS

A Portaria nº 136-A/2016 atualiza o valor da taxa unitária do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos aplicável no continente à gasolina sem chumbo e ao gasóleo rodoviário.

[Portaria n.º 136-A/2016 - Diário da República n.º 92/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-05-12](#)

IRS – TABELAS DE RETENÇÃO NA FONTE

O Despacho nº 6201-A/2016 aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas no continente para vigorarem durante o ano de 2016.

O Despacho nº 6635-A/2016 aprova as tabelas de retenção na fonte a aplicar aos rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores durante o ano de 2016.

Despacho n.º 6201-A/2016 - Diário da República n.º 90/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-05-10.

Despacho n.º 6635-A/2016 - Diário da República n.º 97/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-05-19 .

PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL – MORADA DE FAMÍLIA

A Lei 13/2016 altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, e a Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, e protege a casa de morada de família no âmbito de processos de execução fiscal.

[Lei n.º 13/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série I de 2016-05-23](#)

UNIDADE GRANDES CONTRIBUINTES - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A Portaria n.º 130/2016 define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deva ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes e revoga a [Portaria n.º 107/2013](#), de 15 de março.

[Portaria n.º 130/2016 - Diário da República n.º 90/2016, Série I de 2016-05-10](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

CAIXAS ECONÓMICAS ANEXAS – REQUISITOS PRUDENCIAIS

O novo regime jurídico das caixas económicas, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro, estabelece a classificação das caixas económicas em duas modalidades — caixas económicas anexas e caixas económicas bancárias — consoante o volume de ativos seja inferior ou igual ou superior a € 50.000.000, respetivamente, sendo essa classificação relevante para a aplicação do regime prudencial. O Aviso 4/2016 estabelece os requisitos prudenciais aplicáveis às caixas económicas anexas.

[Aviso do Banco de Portugal 4/2016 - Diário da Republica, 2ª serie, nº 92 de 12-05-2016](#)

FINANCIAMENTO COLABORATIVO DE CAPITAL OU POR EMPRÉSTIMO

A Lei nº 102/2015 de 24 de agosto aprovou o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo. O Regulamento da CMVM nº 1/2016 desenvolve o referido regime jurídico.

Regulamento da CMVM nº1 /2016 – Diário da Republica, 2ª série, nº 101 de 25 de maio de 2016.

Diretiva (UE) 2016/881 do Conselho, de 25 de maio de 2016

Esta Diretiva altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade.

PROGRAMAS OPERACIONAIS / APOIOS

[Portaria n.º 148/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série I de 2016-05-23](#)

Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à [Portaria n.º 60-C/2015](#), de 2 de março.

[Portaria n.º 152/2016 - Diário da República n.º 101/2016, Série I de 2016-05-25](#)

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 154-B/2016 - Diário da República n.º 104/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-05-31](#)

Procede à quarta alteração à [Portaria n.º 56/2015](#), de 27 de fevereiro, que estabelece o regime da ação n.º 7.3, «Pagamentos Rede Natura», inserida na medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado PDR 2020.

[Portaria n.º 122/2016 - Diário da República n.º 86/2016, Série I de 2016-05-04](#)

Segunda alteração ao Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, adotado pela [Portaria n.º 60-A/2015](#), de 2 de março.

[Portaria n.º 124/2016 - Diário da República n.º 86/2016, Série I de 2016-05-04](#)

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 418/2015](#), de 10 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.4, «Funcionamento e animação», integrada na «Medida n.º 10 - LEADER», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado PDR 2020.

[Portaria n.º 125/2016 - Diário da República n.º 88/2016, Série I de 2016-05-06](#)

Estabelece uma dispensa parcial do pagamento de contribuições para a segurança social, aplicável aos produtores de leite cru de vaca e aos produtores de carne de suíno, para o ano de 2016.

[Portaria n.º 131/2016 - Diário da República n.º 90/2016, Série I de 2016-05-10](#)

Procede à terceira alteração à [Portaria n.º 57/2015](#), de 27 de fevereiro, republicada pela [Portaria n.º 24-B/2016](#), de 11 de fevereiro, que aprova o regulamento de aplicação do regime de pagamento base, pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente, pagamento para os jovens agricultores, pagamento específico para o algodão e regime da pequena agricultura.

[Portaria n.º 145/2016 - Diário da República n.º 95/2016, Série I de 2016-05-17](#)

Estabelece o regime de aplicação da operação n.º 2.1.1, «Ações de formação», inserida na ação n.º 2.1, «Capacitação e divulgação», da medida n.º 2, «Conhecimento», integrada na área n.º 1, «Inovação e conhecimento», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2016/A - Diário da República n.º 96/2016, Série I de 2016-05-18](#)

Segunda alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A](#), de 9 de julho, que cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - Competir+.

INTERPRETAÇÕES/ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Ofício-circulado n.º 15479/2016, de 03/05

A partir de 1 de maio de 2016 é aplicável o Código Aduaneiro da União (CAU), estabelecido pelo Regulamento (UE) N.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, que revoga na mesma data o Código Aduaneiro Comunitário (CAC) até então em vigor. Também as Disposições de Aplicação do Código Aduaneiro Comunitário são

revogadas naquela data pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/481 da Comissão, passando simultaneamente a ser aplicáveis em sua substituição os Regulamentos Delegado (UE) n.º 2015/2446 (AD-CAU) e de Execução (UE) n.º 2015/2447 (AE-CAU), ambos igualmente da Comissão, para além do Regulamento Delegado (UE) n.º 2016/341 da Comissão, que fixa as regras transitórias para certas disposições do CAU.

As instruções contidas neste ofício-circulado pretendem fornecer instruções sobre esta matéria, dado que as disposições contidas na nova legislação implicam alterações substanciais nos procedimentos aduaneiros.

Ofício-circulado n.º 20190/2016, de 25/05

O Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro, procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo (OIC). O novo regime é aplicável aos rendimentos obtidos após 01.07.15. Esclarece dúvidas quanto ao enquadramento e preenchimentos dos anexos E e G da modelo 3.

Circular 2/2016 de 6 de maio

Esta circular presta esclarecimentos quanto ao regime de tributação da categoria B, a qualificação dos rendimentos para efeitos de aplicação dos novos coeficientes e dedutibilidade das contribuições obrigatórias para regimes de proteção social.

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt